

# **Uma nova visão sobre a Matinha de Queluz e sobre as vivências do Palácio de Queluz**

**Rute Gonçalves Rua**

## **Relatório de Estágio de Mestrado em Arqueologia**

Versão revista e corrigida após defesa

Rute Gonçalves Rua, uma nova visão sobre a Matinha de Queluz e sobre as vivências do Palácio de Queluz, 2021

**Junho 2021**

Relatório de estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Rodrigo Banha da Silva

*Dedicado á minha Família*

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer aos professores do curso de Arqueologia por todos os anos de ensino e inspiração. Agradecer em particular ao professor Rodrigo Banha da Silva por ter sido orientador deste relatório.

Em segundo lugar agradeço à minha família por me ter acompanhado em todos os anos de escola e de faculdade, dando-me a possibilidade de continuar a prosseguir o meu sonho de ser arqueóloga. Agradeço em particular ao meu pai e ao meu namorado por nunca terem deixado de puxar por mim mesmo que eu quisesse desistir, e não foram poucas as vezes. Obrigada!

Em terceiro lugar, agradeço a todos os amigos e colegas de profissão que estiveram comigo durante os longos meses de trabalho intenso que foi feito na Matinha. Agradeço todos os momentos de riso e todos os momentos de preocupação e adversidade que passamos juntos; sinto que foi uma grande aprendizagem para todos em vários níveis. Agradeço em particular à Cláudia Rodrigues Manso por me ter acompanhado em todas as fases deste trabalho e nunca ter desistido de mim.

Em quarto lugar, agradeço à Empatia Arqueologia por me ter deixado fazer este estágio no seio da sua empresa e por me apoiarem após o término do estágio.

Em quinto e último lugar, agradeço a todas as pessoas que foram passando por mim e pela equipa de arqueologia na Matinha de Queluz. Estas pessoas foram muito importantes para sabermos a história da utilização recente do espaço e outras histórias curiosas que nos ajudaram a passar os dias. Agradeço em particular ao Sr. Henrique que adaptou o seu percurso de corrida diária com o seu cão, Ninja, de modo a nos visitar todos os dias durante meses. Obrigada pela companhia e pelas informações pertinentes que nos foi dando.

Uma nova visão sobre a Matinha de Queluz e sobre as vivências do Palácio de Queluz

Rute Gonçalves Rua

**[Resumo]**

O presente relatório foi realizado a partir do estágio que teve lugar na empresa Empatia Arqueologia, Lda, no âmbito da componente não lectiva do Mestrado em Arqueologia. Tem como objectivo principal mostrar a organização espacial da Matinha de Queluz e importância que este espaço verde tem para a população desde o Séc. XVIII. Trata-se de um relatório feito a partir de uma só intervenção arqueológica de modo a ser possível passar por todas as etapas do trabalho arqueológico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arqueologia Empresarial; Arqueologia Preventiva; Empatia Arqueologia; Arqueologia dos Jardins

**[Abstract]**

The present report was a result from an internship carried out in Empatia Arqueologia, Lda, as the second component of the Master in Archaeology of FCSH/NOVA. The primary objective was to show the lay-out of the Matinha de Queluz and the importance that these gardens had to the population since de 18th century. The report used the archaeological works and preparation, so it was possible to go through all the working stages.

**KeyWords:** Contract Archaeology; Salvage Archaeology; Empatia Arqueologia; Archaeology of Gardens.

## Índice

<b>1. Introdução</b> .....	7
<b>2. Estado da arte</b> .....	8
<b>2.1. Arqueologia Empresarial em Portugal</b> .....	8
<b>2.2. Empatia Arqueologia</b> .....	15
<b>3. Enquadramentos</b> .....	16
<b>3.1. Geo-administrativo</b> .....	16
<b>3.2. Histórico-arqueológico</b> .....	19
<b>4. Metodologia</b> .....	23
<b>4.1. Escavação</b> .....	23
<b>4.2. Levantamento Topográfico</b> .....	27
<b>4.3. Trabalho de Laboratório/Gabinete</b> .....	28
<b>4.4. Logística</b> .....	29
<b>4.5. Equipa de Arqueologia</b> .....	30
<b>5. Escavação Arqueológica de Diagnóstico</b> .....	32
<b>5.1. Portas e portões de acesso</b> .....	32
<b>5.2. Clareiras e espaços não arborizados</b> .....	37
<b>5.3. Caminhos e trilhos</b> .....	46
<b>5.4. Áreas arborizadas</b> .....	56
<b>6. Reflexão Teórico-Metodológica</b> .....	59
<b>7. Conclusões</b> .....	62
<b>8. Bibliografia</b> .....	64

## **1. Introdução**

Este relatório corresponde à parte escrita do estágio realizado na empresa de arqueologia Empatia – Arqueologia, Conservação e Restauro, Lda., com a duração de 800 horas, realizado com a finalidade de concluir o mestrado em Arqueologia. O trabalho prático encerrou uma componente de trabalho de campo em contextos diversos e em diferentes obras, como uma componente de inventariação e tratamento de material arqueológico recolhido durante a componente prática do estágio.

As 800 horas de estágio foram realizadas, quase na sua íntegra, na intervenção arqueológica realizada na Matinha de Queluz, contemplando a de trabalho arqueológico de campo, nomeadamente escavação, bem como a componente de inventário e de organização, de material através de abertura de fichas de unidade estratigráfica, de ficha de material arqueológico e incluindo, ainda, o acondicionamento das recolhas produzidas durante toda a intervenção.

Assim, tornam-se ponto fulcral deste relatório os trabalhos de arqueologia realizados entre abril e novembro do ano 2019 na Matinha de Queluz, a pedido da Parques de Sintra – Monte da Lua. Este trabalho apresentou-se de grande extensão e complexidade, visto que iam ser intervencionados 1217 m<sup>2</sup>, do espaço da Matinha com o objectivo de encontrar seus os antigos caminhos de acesso através do Palácio de Queluz, bem como os bancos e outras possíveis estruturas que possam ter feito parte da vivência da Casa Real. A Parques de Sintra procurava perceber se os caminhos ainda se encontravam no local original e se, com base nas referências bibliográficas, era possível encontrar vestígios de uma fonte e de uma paliçada que serviria para pequenas touradas.

Foram aplicadas as metodologias de Barker-Harris durante a escavação das sondagens, e as metodologias de registo e acondicionamento de material arqueológico da empresa Empatia. Com estas sondagens arqueológicas foi-nos possível desenvolver novos conhecimentos sobre as estruturas existentes no espaço da Matinha que são referidas nas fontes documentais, bem como a organização espacial da vasta mata.

## **2. Estado da arte**

### **2.1. Arqueologia Empresarial em Portugal**

Para uma melhor compreensão da arqueologia empresarial em Portugal é necessário perceber a *praxis* da disciplina do país e como a lei enquadra a Arqueologia e protege o Património por ela produzido.

A Arqueologia como “actividade profissional prestadora de serviços no âmbito de diversos sectores económicos que interagem com o território e respectivo subsolo (planeamento, ordenamento, infraestruturas, construção e desenvolvimento económico, em geral...), é uma novidade recente surgida apenas em meados dos anos 90 do século XX” (SILVA, 2008, pp. 14). Atualmente representa uma área de negócio como qualquer outra associada aos meios anteriormente referidos, com uma importância significativa a nível social.

Nos anos 80 do século XX a Arqueologia era vista como uma actividade científica e não era associada à profissionalização da área. A tímida profissionalização surge quando se tornam obrigatórios os projectos de investigação associados a intervenções pontuais, feitas no âmbito de construções de infraestruturas por todo o país. Na mesma década são criados os “Serviços Regionais de Arqueologia”, bem como o IPPC – Instituto Português do Património Cultural, como “resposta, possível perante o “multiplicar” de “oportunidades/descobertas”, cujo reconhecimento arqueológico raramente era empreendido” (SILVA, 2008, pp. 15). Com o aumento deste tipo de trabalhos, os serviços regionais “recorriam a agentes externos (professores universitários ou outros arqueólogos, a título individual, associações de defesa do património, etc.)” (SILVA, 2008, pp. 15). Contudo, estas intervenções não eram vistas como um serviço profissional, mas como “a criação de condições materiais mínimas, para, aproveitando uma situação fortuita ou de emergência, promover uma acção de investigação conduzida por alguém externo aos serviços” (SILVA, 2008, pp.15). Neste período o trabalho dos arqueólogos era estabelecido por um “plano de trabalhos, muitas vezes elaborado pelos próprios arqueólogos, que fundamentava um orçamento a aprovar pela Direcção do então IPPC” (SILVA, 2008, pp. 15).

Com a criação do IPPC são definidas três tipologias novas dos bens imóveis no artigo 8º da lei de bases do Património Cultural, decreto-lei nº 13/85 de 6 de Julho de 1985:

- “Monumento - Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
- Conjunto - Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Sítio - Obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, de maneira a poderem ser considerados delimitados geograficamente, notáveis pelo seu valor histórico, arqueológico, artístico, científico e social.”

Com a entrada na União Europeia em 1985, Portugal foi obrigado a adaptar as suas normas e convenções no que respeita ao Património Cultural criando, assim, a Lei de Bases do Património Cultural<sup>1</sup> que o vem definir como “todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultural portuguesa através do tempo”<sup>2</sup>. Esta lei vem também determinar que os “bens arqueológicos, imóveis ou móveis, são património nacional” bem como caracterizar por “trabalhos arqueológicos, todas as investigações que tenham por finalidade a descoberta de bens de carácter arqueológico, no caso de estas investigações implicarem uma escavação do solo ou uma exploração sistemática da sua superfície.” (Artigo 37º lei nº 13/85).

Com a criação de uma lei de bases, passam a existir directrizes para a execução de escavações e investigações, porém esta regulamentação tem em vista as investigações feitas em âmbito académico ou em âmbito de projectos de investigação de arqueólogos individuais. As empresas de arqueologia não são contempladas nesta lei de bases. As empresas que prestam serviços de arqueologia funcionam como entidades enquadrantes após a sua contratação por entidades públicas, privadas ou colectivas no âmbito de obras de reabilitação ou construção. Concursos públicos para intervenções só são permitidas a empresas, e diversos privados sentem maior disposição na contratação de empresas ao invés de trabalhadores a título individual. No cumprimento das leis impostas pelo decreto-lei 13/85 de 6 de julho de 1985, fica a cabo do arqueólogo responsável pela escavação no

---

<sup>1</sup> Ver decreto-lei nº13/85, de 6 de Julho de 1985, lei de bases do Património Cultural

<sup>2</sup> Artigo nº 1 do decreto de lei nº 13/85 de 6 de Julho de 1985

âmbito da obra e no seio da empresa de arqueologia para a qual trabalha. A empresa de arqueologia actua como intermediária, mas o ónus da responsabilidade continua com a direcção científica.

Estas perguntas são fundamentais, tal como as suas respostas, dado que muitos donos de obra deixam a arqueologia para uma fase avançada, ao ponto de ser parada a obra para o diagnóstico ser feito ou o trabalho adaptado para implementar medidas de minimização de impacto.

Os anos 90 mostram-se evolutivos no que respeita aos trabalhos inseridos na arqueologia empresarial da altura, especialmente em meio urbano, onde o sistema se apoia “directamente em projectos de investigação de origem universitária ou associativa” (SILVA,2008, pp. 16) que surgiram em algumas cidades de Portugal, pois mostram-se mais eficazes no que respeita aos resultados qualitativos. Durante a década de 90 é extinto o IPPC e criado o IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Decreto-Lei nº 106-F/92 de 1 de Junho de 1992). O IPPAR passa a ter como principal função a “salvaguarda e valorização de bens que, pelo seu interesse histórico, artístico, ou paisagístico, integrem o património cultural arquitectónico e arqueológico do País” (artigo nº 2, decreto-lei nº 106-F/92 de 1 de Junho de 1992). Este decreto discrimina todos os departamentos e respectivas funções e objectivos do IPPAR, estando entre eles o departamento de Arqueologia, definido no artigo 12º. Este artigo enuncia as valências que o IPPAR deve ter no que respeita à disciplina, passando pela organização dos trabalhos arqueológicos realizados anualmente a nível regional, por determinar medidas de salvaguarda e protecção a sítios de património arqueológico nos centros históricos, promover trabalhos arqueológicos de emergência tanto em terra como em ambientes submersos, entre outras.

No início dos anos 90, o Vale do Côa representou um novo ponto de interesse público e mediático no que diz respeito à Arqueologia, visto que assinalou vestígios de arte rupestre sem paralelo em Portugal. Estas gravuras estavam destinadas a ficar submersas com a construção da barragem. A opinião pública sobre o tema e a projecção social foram de extrema importância para a divulgação do trabalho arqueológico no país. Com esta nova notoriedade da Arqueologia em Portugal, e com a necessidade de criar mecanismos de salvaguarda do património, dá-se uma cisão nos serviços do IPPAR, com a criação de um novo órgão de tutela, o IPA – Instituto Português de Arqueologia. O propósito do IPA é o de “tratar adequadamente da detecção, preservação e gestão da categoria de vestígios

arqueológicos mais abundante e potencialmente mais prenhe de informação sobre o passado: a dos contextos sem valor monumental que documentam a actividade das populações pré-históricas e a vida quotidiana das populações rurais e da gente comum dos centros urbanos de época histórica” (decreto-lei nº 117/97 de 14 de Maio de 1997). Este decreto também determina duas novas categorias de “vestígios arqueológicos com características próprias (...) a arte rupestre e o património cultural náutico e subaquático” (decreto-lei nº 117/9, de 14 de Maio de 1997). No IPA são integrados o CNANS – Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, o CNART – Centro Nacional de Arte Rupestre e o PAVC – Parque Arqueológico do Vale do Côa. Contudo estes órgãos “são autonomizados como serviços dependentes do IPA.” (artigo 9º- 1 e 2 do decreto-lei nº 117/97 de 14 de Maio de 1997).

Em 1999 é produzido o segundo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, que constitui uma das peças legislativas mais importantes para a arqueologia e para a regulamentação da actividade. O RTA define, no seu 3º artigo as diferentes categorias em que se podem incluir trabalhos de arqueologia, são elas:

a) Categoria A — acções plurianuais de investigação programada, num máximo de quatro anos, que deverão ser integradas em «projectos de investigação»;

b) Categoria B — projectos de estudo e valorização de sítios ou monumentos classificados ou em vias de classificação, que deverão ser integrados em «projectos de valorização»;

c) Categoria C — acções preventivas a realizar no âmbito de trabalhos de minimização de impactes devidos a empreendimentos públicos ou privados, em meio rural, urbano ou subaquático;

d) Categoria D — acções de emergência a realizar em sítios arqueológicos que, por efeitos de acção humana ou acção natural, se encontrem em perigo iminente de destruição parcial ou total, ou acções pontuais determinadas pelas necessidades de conservação de sítios ou monumentos valorizados.

Neste decreto-lei são também definidos os elementos necessários para a execução de relatórios finais e preliminares das escavações e acções de salvaguarda realizadas em Portugal, bem como todos os processos que um arqueólogo deve seguir para submeter planos de trabalho e outros documentos afectos às acções arqueológicas desenvolvidas

em qualquer zona do país e meio de trabalho, seja terrestre ou submerso (decreto-lei nº 270/99, artigo 13º, de 1999).

O aparecimento da arqueologia empresarial surge com a necessidade de construir a barragem do Alqueva (Alentejo), no Rio Guadiana, tornando-se a maior reserva de água do país. Dada a complexidade do processo de construção e de estudo de impacto ambiental e patrimonial (com inúmeros vestígios arqueológicos escavados e por escavar), o início da obra só se verificou no final dos anos 90. “Em 1975 começam oficialmente as prospecções arqueológicas no âmbito do Alqueva realizadas por iniciativa da Faculdade de Letras de Lisboa, no entanto só em 1980 é que o governo português lança uma resolução governamental sobre os impactes arqueológicos decorrentes do Empreendimento Alqueva. Entre 1984/1985 e 1986/1987 surgem os primeiros estudos sobre os efeitos do projecto Alqueva no Ambiente, não só a nível arqueológico, mas também históricos, etnológicos e naturais” (CORREIA, 2015, pp.5). Em 1995 são retomados os trabalhos de arqueologia no Alqueva e é criada a Empresa de Desenvolvimento da Infraestrutura do Alqueva – EDIA e consequentemente o Núcleo de Património Cultural, chefiado pelo arqueólogo António Carlos Silva. Após assinar um protocolo com o IPA em 1997, a EDIA torna-se a empresa responsável pela escavação e trabalhos de minimização no Alqueva.

A EDIA torna-se a primeira empresa de arqueologia considerada pela tutela e governo português e deu o impulso que os restantes arqueólogos necessitavam para se organizarem e criarem as suas próprias empresas de arqueologia.

Em 2007 dá-se uma fusão entre o IPPAR e o IPA com o decreto-lei nº 97/2007 de 29 de Março, criando o IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. O IGESPAR “tem por missão a gestão, a salvaguarda, a conservação e a valorização dos bens que, pelo seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integrem o património cultural arquitectónico e arqueológico classificado do País.” (decreto-lei 96/2007 de 29 de Março, artigo 3º ponto 1)

Em 2012, o IGESPAR é extinto dando lugar à DGPC – Direcção-Geral do Património Cultural. A DGPC passa a ter todas as funções do IGESPAR e tem como missão, definida do artigo 2º ponto 1 da lei nº 115/2012 de 25 de Maio, «assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica

nacional». A DGPC passa a ser a entidade responsável pela arqueologia em Portugal e de todos os trabalhos que estão associados ao património. Constitui o órgão tutelar da arqueologia ao qual os arqueólogos respondem em última instância.

A arqueologia em Portugal tem sofrido algumas alterações nos últimos anos, sobretudo nos já mencionados trabalhos de categoria C. Por estar legislada a obrigatoriedade da presença de um arqueólogo em toda e qualquer obra que envolva a movimentação e manipulação do solo em áreas classificadas com interesse histórico-arqueológico, existe um ou vários arqueólogos em muitas obras em Portugal. Contudo, os donos de obra, arquitectos e projectistas por vezes não compreendem o papel que o arqueólogo desempenha e a importância de ser cumprida esta lei que, por vezes, alegam desconhecer. Podemos reflectir neste aspecto e perguntar se não seria necessário avaliar uma forma mais eficaz de fazer - as construtoras e donos de obra - compreenderem como funciona a arqueologia e qual é a sua importância para o país. Quais os passos que devem ser seguidos por estes até todo o processo estar finalizado para que seja iniciada a obra?

Estas perguntas são fundamentais bem como a sua resposta, visto que em contexto de obra o habitual será os trabalhos de construção iniciarem antes de ser feita a fase de trabalhos arqueológicos. Este facto apresenta um obstáculo ao nosso trabalho como arqueólogos e obriga, na maior parte das ocasiões, à paragem dos trabalhos de construção para que o diagnóstico arqueológico seja feito seguindo as metodologias que lhe estão associadas.

Todas situações fazem com que a arqueologia em Portugal seja vista como uma área que atrasa as obras e as construções de grandes obras e de edifícios, numa reminiscência dos tempos da barragem do Côa. Este factor também se manifesta na própria população local, que interage com os arqueólogos e com o trabalho realizado pela arqueologia. Este trabalho pode alterar a vida das pessoas durante um período, curto ou prolongado, caso a intervenção seja em ruas de habitação ou artérias com grande movimentação pedonal, mas também se for em espaços de lazer e utilização frequente.

No caso de estudo, a arqueologia foi vista como um entrave às actividades associadas à Matinha, nomeadamente, corridas e caminhadas, por todo o espaço ser intervencionado com sondagens de grandes dimensões abertas até à conclusão total dos trabalhos. Os arqueólogos que estiveram no projecto em estudo tentaram ao máximo explicar às pessoas que iam passando e comentando o seu transtorno, o que estava a ser

feito e a finalidade. Tentámos manter as pessoas, quase sempre as mesmas diariamente, informadas e interessadas no nosso trabalho, para que não achassem irrelevante o que ali estava a ser desenvolvido. No caso da Matinha teria feito sentido haver um placard informativo que possibilitasse aos públicos compreender os actuais trabalhos arqueológicos e o futuro projecto.

Por vezes a existência de arqueologia em contexto de obra, sejam elas, públicas ou privadas, pode retirar margem de manobra ao arqueólogo para a divulgação de conhecimento adquirido durante o trabalho realizado. Convém compreender as vantagens e desvantagens que estão associadas a este meio de modo a ser possível encontrar soluções para a melhor divulgação e transmissão desses conhecimentos (SERRA, 2015, pp. 69). Uma das maiores desvantagens prende-se com as limitações impostas pelos donos de obra à passagem de informação à população afectada pela obra, com receio de que agentes externos alterem o projecto ou provoquem algum dano ao espaço da obra.

No caso de estudo da Matinha de Queluz isto não se verifica, mas consideramos que a obra pode afectar o dia a dia da população e isso torna-se uma enorme desvantagem quando pretendemos comunicar os conhecimentos adquiridos a este mesmo público. O incómodo causado diariamente por uma obra de certa envergadura faz com que as pessoas não estejam interessadas no trabalho e nos seus objectivos.

Normalmente, em grandes obras públicas ou privadas em que seja necessária a intervenção de arqueologia, os promotores e responsáveis pela obra não se mostram sensíveis ao carácter científico e de protecção que tem o trabalho de um arqueólogo. Este factor leva a que “haja uma deficiente articulação entre os vários envolvidos que pode atingir consequências danosas para a protecção do património arqueológico” (SERRA, 2015, pp. 69). Neste caso de estudo esta desvantagem não se aplica, visto que o promotor da obra se trata da Parques de Sintra - Monte da Lua que representa uma das maiores entidades no que respeita à protecção, conservação e restauro da região da Grande Lisboa.

O contacto permanente com o publico, possibilitado por estas intervenções de grande escala, constitui uma grande vantagem para o desenvolvimento da comunicação entre os arqueólogos e a comunidade. No caso da Matinha, por estarmos tão próximos da população, conseguimos desenvolver contactos com pessoas que conheceram aquele espaço durante os anos e viram as suas alterações. Todos os utilizadores frequentes tinham uma história para nos contar, o que torna a intervenção mais interessante para nós

e a população. Quando existe este envolvimento torna-se muito mais fácil a continuação dos trabalhos e a divulgação de conhecimentos.

## **2.2. Empatia Arqueologia**

Este estágio foi realizado na empresa Empatia - Arqueologia, Conservação e Restauro, Lda., sediada em Vila Nova de Gaia, com um atelier de restauro no Porto e uma filial em Trás-os-Montes.

A Empatia é uma empresa que procura a recuperação, conservação e estudo do património arqueológico e histórico em Portugal. De modo a estarem presentes num mercado tão competitivo como é o da arqueologia empresarial no nosso país, contam com arqueólogos no Porto e em Lisboa.

Esta empresa surge em 2002 munida de profissionais especializados em diferentes áreas da Gestão do Património, nomeadamente, arqueólogos, historiadores, ecólogos, museólogos, antropólogos, técnicos de conservação e restauro, topógrafos, formadores e desenhadores, o que permite à empresa ser muito competitiva no mercado de trabalho em todo o país visto ter pessoas em todos os pontos de Portugal. A Empatia possui meios para desenvolver trabalhos em arqueologia, conservação e restauro, museologia e história para instituições publicas e privadas em todo o país.<sup>3</sup>

Segundo um dos fundadores da Empatia, André Nascimento, a empresa procura estar presente em todos os aspectos da protecção do património arqueológico e arquitectónico do nosso país. Com esta ideia, os três sócios-fundadores esperam transformar a Empatia numa empresa de reabilitação, possibilitando a execução de todos os passos que estão envolvidos em obras que envolvam edifícios de interesse publico. Empresas de reabilitação do património são responsáveis por proceder ao diagnostico arqueológico, aos estudos de impacto, ao restauro do edifício e aos trabalhos de reconstrução do edificio.

A Empatia conta com uma equipa de treze elementos que estão responsáveis por diferentes departamentos: a gestão de projectos está sobre alçada dos três fundadores da empresa; o departamento administrativo conta com duas pessoas; o departamento de arqueologia conta com o trabalho de três arqueólogos permanentes; o departamento de conservação e restauro conta com quatro técnicos; e finalmente o departamento de

---

<sup>3</sup> <http://empatia.pt/empresa> - visitado ao dia 17/02/2020

museologia, inovação e tecnologia conta com duas pessoas.<sup>4</sup> No que toca às obras que não são em zona próxima da sede da empresa, a Empatia conta com o trabalhos de vários arqueólogos próximos da zona em que se encontram as obras, como é o caso de Lisboa, Alentejo e Algarve.

No que diz respeito ao trabalho realizado pela empresa, segundo André Nascimento, o grande volume de trabalho equivale aos trabalhos de arqueologia, nomeadamente sondagens de diagnóstico, escavações arqueológicas e acompanhamentos arqueológicos em várias obras em todos os pontos do país, com 40% em Lisboa, 40% na zona do Porto e 20 % no resto do país (Gráfico 1).

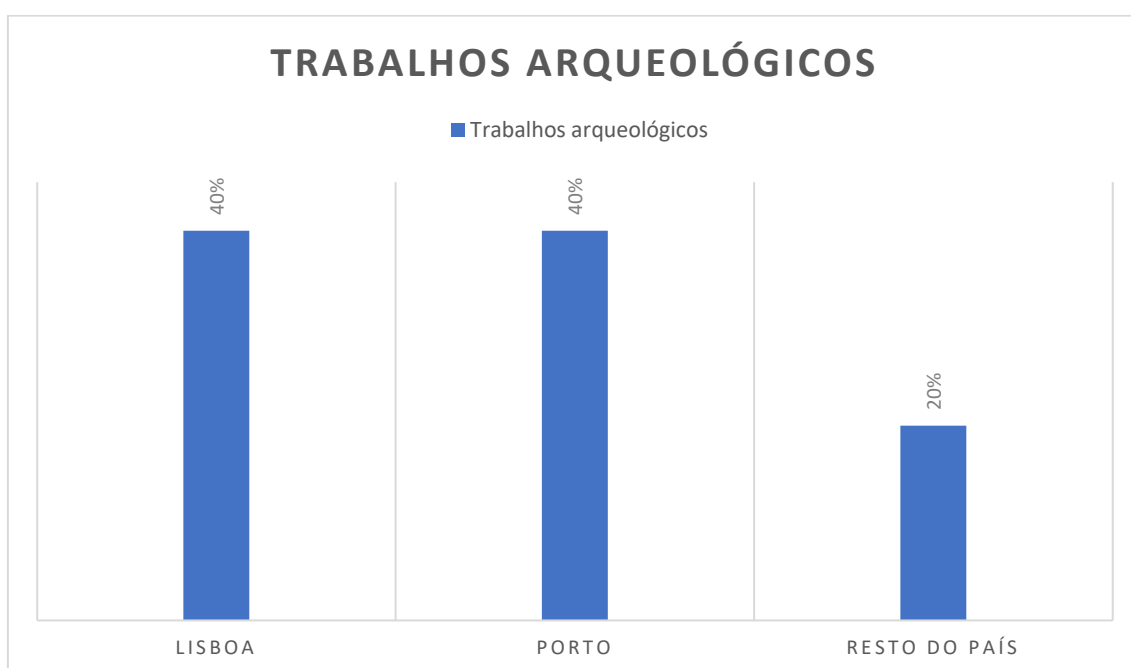


Gráfico 1- Trabalhos arqueológicos

### 3. Enquadramentos

#### 3.1. Geo-administrativo

Situada na cidade de Queluz, pertencente ao concelho de Sintra e ao distrito de Lisboa, encontramos a Matinha de Queluz, um espaço de 21 hectares de coberto vegetal que constitui uma importante fonte de oxigénio numa zona em que o espaço verde é escasso. A Matinha de Queluz integra-se na “Zona Especial de Protecção” (adiante ZEP) do

---

<sup>4</sup> Curriculum Vitae da empresa empatia 2018, pgs 5 e 6

Palácio Nacional de Queluz e Jardins classificado como Monumento Nacional em 1910 pelo decreto-lei nº 136 de junho de 1910.



Foto 1 – Área da Matinha de Queluz delimitada a cor de laranja. Possível ver os caminhos principais de circulação e a clareira onde foram realizadas algumas sondagens<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Retirada do site do Atlas do Património classificado e em vias de classificação, visto a 22/07/2020

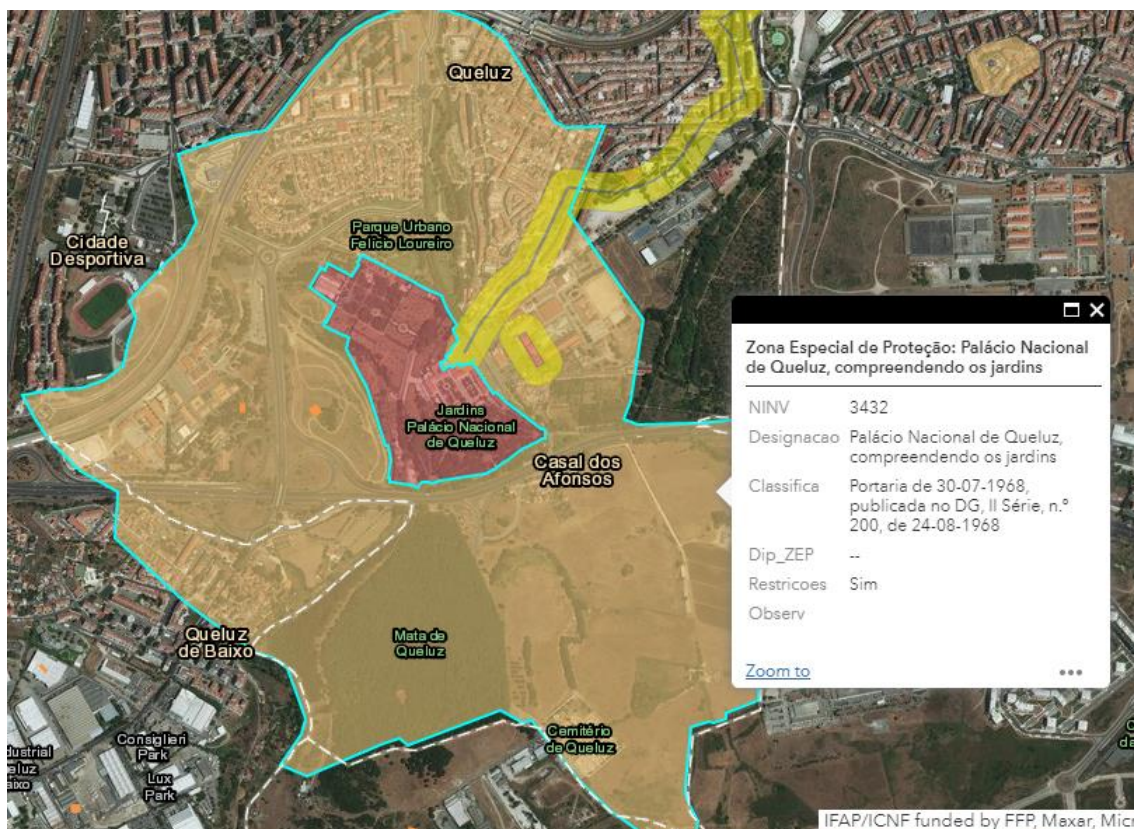


Foto 2 – Área correspondente à ZEP em que estão inseridos o Palácio Nacional de Queluz, os jardins e a Matinha de Queluz.<sup>6</sup>

A ZEP em que se encontra inserida a Matinha, o Palácio de Queluz e os seus Jardins, está desde 2012 sob alçada da empresa pública de protecção e salvaguarda do património Parques de Sintra e Monte da Lua (PSML). A Parques de Sintra é “uma empresa de capitais exclusivamente públicos, criada em 2000, no seguimento da classificação pela UNESCO da Paisagem Cultural de Sintra como Património Mundial da Humanidade (1995). A sua criação teve como objetivo reunir as instituições com responsabilidade na salvaguarda e valorização da Paisagem Cultural de Sintra, e o Estado Português entregou-lhe a gestão das suas principais propriedades na zona.”<sup>7</sup>

No que respeita a Matinha de Queluz a Parques de Sintra procura reabilitar o espaço de modo a torná-lo acessível a todos por várias vias de acesso com a criação de um troço do Eixo Azul e Verde, que pretende percorrer toda a extensão do Rio Jamor. Por estar sobre alçada da PSML, a intervenção arqueológica passa pela equipa de arqueologia que faz parte da empresa. Esta equipa é responsável por executar o estudo para o projecto que

<sup>6</sup> Retirado do site do Atlas do Património classificado e em vias de classificação, visitado a dia 22/07/2020

<sup>7</sup> Retirado do site <https://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/>, visitado a dia 22/07/2020

será desenvolvido na Matinha, bem como a implantação das sondagens arqueológicas que serão feitas pela equipa de arqueologia responsável pelo trabalho arqueológico.

O Palácio e Jardins (onde está inserida a Matinha) foram classificados como Monumento Nacional em 1910. Esta classificação dá-se “quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação, sendo que para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios”<sup>8</sup>. No caso das intervenções realizadas na ZEP dos Monumentos Nacionais a “DGPC e as DRC (direções regionais de cultura) emitem pareceres vinculativos relativos a estudos, projetos e obras, e acompanham oficialmente a elaboração de instrumentos de gestão territorial. No quadro das suas atribuições, compete ainda à DGPC e às DRC emitir pareceres relativos aos direitos de preferência, no caso da alienação ou dação de bens imóveis classificados, em vias de classificação ou situados em zona de proteção.”<sup>9</sup>

### **3.2. Histórico-arqueológico**

A Matinha de Queluz corresponde a uma antiga tapada de caça pertencente ao Palácio de Queluz. A sua implantação e construção remonta a 1750 e, nesta época, encontrava-se conectada ao palácio através de um caminho em calçada e uma ponte sobre o rio Jamor, que atravessava os jardins do palácio e circundava a matinha de Queluz pelo exterior do muro hoje ainda presente. Com a construção do IC19, a ligação entre as duas áreas foi interrompida na totalidade, tendo sido o rio desviado do seu curso original, a ponte parcialmente destruída e a calçada coberta/destruída pela estrada. Com esta obra, o traçado interior da Matinha não foi afectado. Contudo, o muro que serve de limite ao terreno foi cortado a norte junto ao IC19, sobrando apenas a porta e um troço dele na sua posição original.

---

<sup>8</sup> Site da DGPC, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/classificacao-de-bens-imoveis-e-fixacao-de-zep/>, visitado a 22/07/2020

<sup>9</sup> Idem

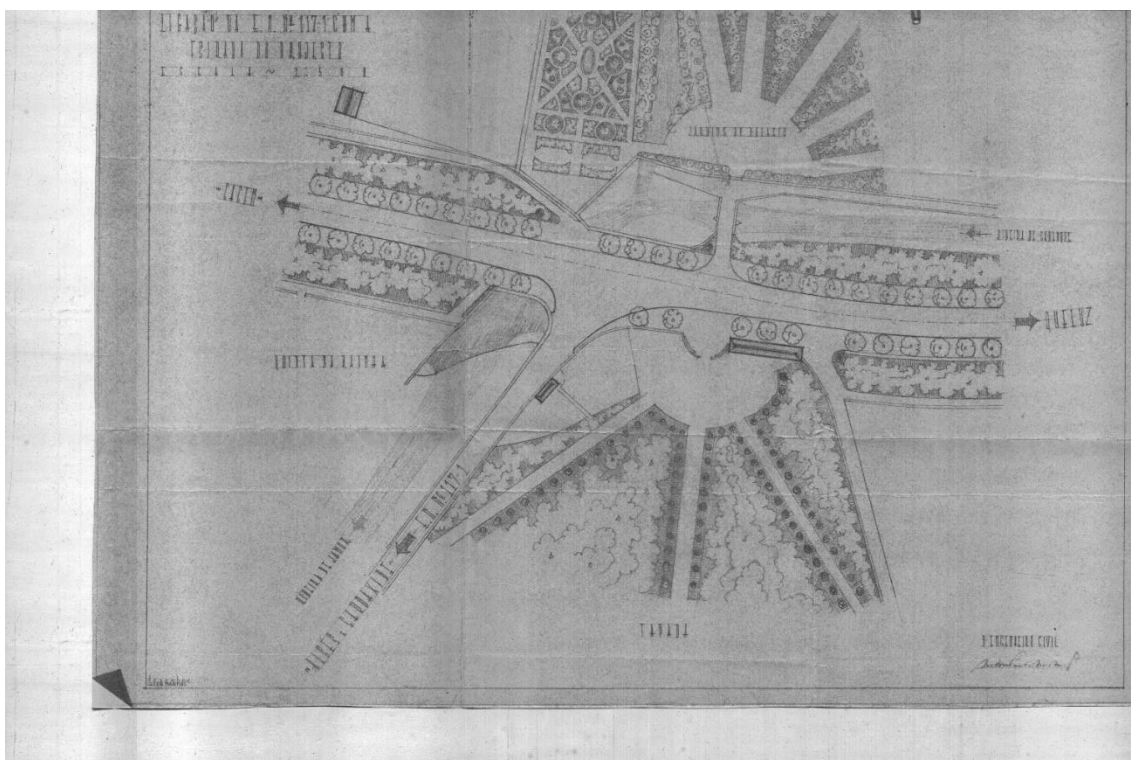


Foto 3 – Planta indicativa da ligação da Matinha aos Jardins do Palácio (vemos o portão principal da Matinha no centro da planta representado por dois arcos e os jardins do palácio em frente com as entradas simétricas separadas pela real estrada)

Devido à sua ligação com os jardins do palácio e com a vida dos seus antigos habitantes, a Matinha representa um grande valor histórico e patrimonial tendo sido integrada no conjunto das propriedades reais portuguesas. Contudo, a Matinha de Queluz representa também hoje um importante espaço de conservação da natureza, tendo em conta as espécies autóctones que nela podemos encontrar, nomeadamente uma grande quantidade de sobreiros. Este carácter histórico e ambiental tornam o espaço ideal para actividades de sensibilização para a arqueologia e história envolventes, mas também para a natureza e a salvaguarda da mesma.

Para a compreensão da intervenção arqueológica e dos resultados obtidos pela mesma, importa perceber um pouco mais da história da Matinha e do Palácio de Queluz. A história do palácio remonta a 1654, com a criação da Casa do Infantado por D. João IV e integração da Casa de Campo de Queluz, que pertencera ao Marquês de Castelo Rodrigo. Em 1747, após herdar a Casa do Infantado, D. Pedro iniciou a transformação de Queluz, com o projecto do arquitecto da Corte Mateus Vicente de Oliveira.<sup>10</sup> Após o

---

<sup>10</sup> Memoria descritiva pg.3

casamento de D. Pedro com a futura rainha D. Maria I, Queluz passa a ser a residência de verão da Família Real.

Os trabalhos de ajardinamento começam em 1755, a cargo do jardineiro holandês Geraldo José Van der Kolk com o auxílio do português Luis Simões Ressurgido. Contudo, no seguimento do terramoto de 1755 que assolou Lisboa, os trabalhos ganham um novo incremento com a chegada a Portugal do escultor, gravador e arquitecto francês Jean-Baptiste Robilion, responsável por conceber parte do palácio e dos seus jardins, em 1758.

Em 1794, com a regência do rei D. João VI, o palácio passou a ser residência permanente da Corte até 1807, data em que a família real parte para o Brasil aquando das invasões napoleónicas de Portugal. Quando a família real regressa a Portugal são feitas algumas alterações, como a construção, cerca de 1822, de jaulas sob o terraço do Pavilhão Robilion onde foram colocados animais exóticos. Entre os reinados de D. Maria II e D. Carlos, o palácio e os jardins de Queluz não tiveram grande atenção e a propriedade é cedida por D. Manuel II à Fazenda Nacional, tornando-se património do Estado em 1908. Em 1910 é classificado como Monumento Nacional, e em 1915 os jardins e a quinta foram entregues à Escola Prática de Agricultura de Queluz.

A 5 de outubro de 1934, durante obras de restauro, um incêndio destruiu parcialmente o Palácio Nacional de Queluz, tendo também efeitos sobre os jardins, especialmente junto as fachadas. Após o incêndio foram feitas grandes obras de reconstrução nas áreas afectadas e o palácio abre ao público na década de 1940 como um dos monumentos mais representativos da vida cortesã da segunda metade do século XVIII, apresentando importantes coleções de escultura e de artes decorativas.

Com este breve resumo histórico no que diz respeito ao Palácio de Queluz, podemos perspectivar um pouco do passado da Matinha de Queluz. A Matinha era uma pequena tapada de caça originalmente separada dos jardins do Palácio por uma ponte ou passadiço sobre o rio Jamor, cujo acesso foi suprimido no século XX com a construção do troço viário do IC19.

A documentação sugere que esta área foi estabelecida nos finais da década de 1770. Um projecto do século XVIII, guardado nos arquivos da Torre do Tombo, mostra um traçado rococó surpreendente, sendo talvez o documento mais revelador relativamente às aspirações dos “arquitectos paisagistas” que pontificaram em Queluz. O

traçado da Matinha pode ser atribuído a Jean-Baptiste Robilion, embora a legenda da referida planta deixe perceber que se trata de um levantamento, podendo assim assumir-se que a matinha foi efectivamente plantada de acordo com este risco:

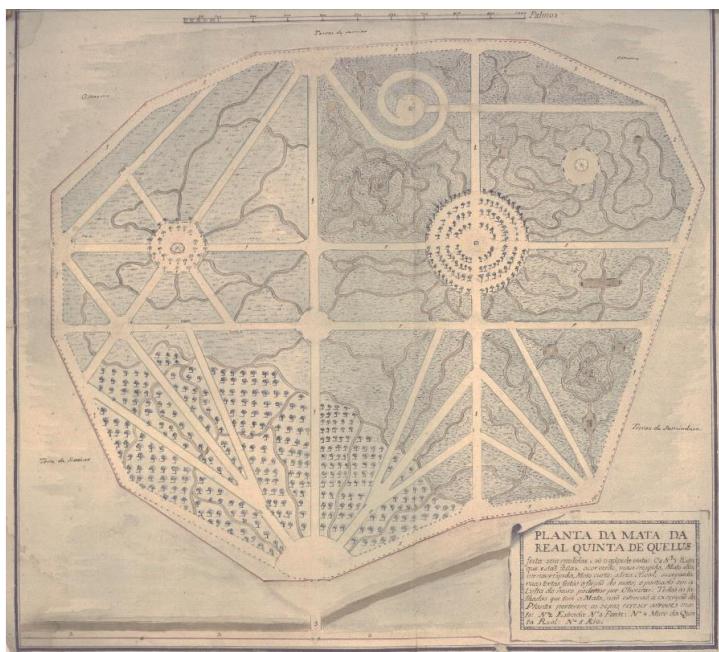


Foto 4 – Planta da plantação de árvores e arruamentos da matinha

Segundo a documentação existente, a construção dos muros e arruamentos da Matinha situa-se no final da década de 1770, quer através dos recibos de entrega de material, quer pela referência à construção do “portal da mata”<sup>11</sup>. Contudo, a plantação da mata deverá ser anterior à construção do muro limite e deve ser contemporânea do “Bosquete de Queluz”, tendo em conta a quantidade de árvores que chegam a Queluz a partir de 1750. A documentação mostra-nos que as árvores que foram plantadas no bosquete e na mata foram importadas da Holanda durante a década de 1750, casos das tílias, olmeiros e castanheiros bravos.<sup>12</sup>

Nos anos de 1755 e 1756 foram enviados da Holanda dois carregamentos de 800 tílias, castanheiros bravos e olmeiros e compradas 180 “caneleiras” ou “Louro d’África”. Em 1798, o inventário registava cerca de 1000 folhados e igual número de olmeiros, 500 freixos e as 800 tílias referidas anteriormente.

<sup>11</sup> AA.VV - Prestação de serviços de arqueologia. Sondagens arqueológicas na matinha do palácio nacional de Queluz. Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.

<sup>12</sup> AA.VV - Prestação de serviços de arqueologia. Sondagens arqueológicas na matinha do palácio nacional de Queluz.

A Matinha possuía um grande olival, vinhas, mato e muito arvoredado bem como uma área de pomar com várias espécies de árvores de fruto, nomeadamente, medronheiros, oliveiras, amendoeiras, castanheiros e damasqueiros<sup>13</sup>.

No centro da Matinha havia uma praça de touros circular, que nunca foi terminada. Fora mandada construir pela Rainha D. Carlota Joaquina em 1823 para recreio do seu filho, o infante D. Miguel.<sup>14</sup> As caçadas em Queluz eram um evento famoso no seio da Corte e família real sendo referidos, a partir de 1730, na *Gazeta de Lisboa* “divertimento de combate com touros”, “caçada de javardos”, sendo também notícia o “divertimento no exercício da caça no sítio de Queluz”. Para o efeito, a Matinha tinha uma grande quantidade de javalis, lebres e cabras do mato.<sup>15</sup>

Junto à porta principal da Mata existia um lago que em outubro de 1941, foi removido “para o terraço sobre a balaustrada Robilion, onde se assentou o pequeno lago que se encontrava na Matinha. Este motivo ornamental acompanhado do ajardinamento que vai emoldurá-lo, deve melhorar extraordinariamente aquele recanto de balaustrada.”<sup>16</sup>

## **4. Metodologia**

### **4.1. Escavação**

As sondagens arqueológicas variaram em dimensões sendo que as maiores se alongam por 10 (dez) metros de comprimento, podendo variar entre 3 (três) e 10 (dez) metros de largura e, as mais pequenas 2 (dois) metros de comprimento por 2 (dois) metros de largura, de modo que espaços como os caminhos da Matinha fossem sondados tanto em largura como em comprimento.

As sondagens arqueológicas, como foi referido anteriormente, foram implantadas pela Parques de Sintra em sítios onde se esperaria encontrar vestígios de estruturas associadas ao usufruto da Matinha. Da área imensa que a constitui (aproximadamente 21 ha) foram escavados 1217 m<sup>2</sup> arqueologicamente, a uma profundidade máxima de 1,20

---

<sup>13</sup> AA.VV - Prestação de serviços de arqueologia. Sondagens arqueológicas na matinha do palácio nacional de Queluz.

<sup>14</sup> AA.VV - Prestação de serviços de arqueologia. Sondagens arqueológicas na matinha do palácio nacional de Queluz.

<sup>15</sup> AA.VV - Prestação de serviços de arqueologia. Sondagens arqueológicas na matinha do palácio nacional de Queluz.

<sup>16</sup> AA.VV - Prestação de serviços de arqueologia. Sondagens arqueológicas na matinha do palácio nacional de Queluz.

metros, embora esta cota não se verifique em todas as sondagens, pois o geológico da zona é encontrado a cotas superiores à medida que vamos nos dirigindo para sul no espaço da Matinha.

A marcação das sondagens foi feita antes da chegada dos arqueólogos responsáveis pela intervenção, pela empresa Parques de Sintra, que forneceu a sua planta de implantação. A Parques de Sintra tem uma arqueóloga na sua equipa, Maria João de Sousa, e está nas funções desta arqueóloga estabelecer as sondagens que vão ser implantas e onde, bem como a quantidade de metros que serão sondados, sendo a Matinha de Queluz um desses casos. Normalmente, a implantação e fixação das sondagens de diagnóstico está a cargo da direcção científica do projecto, por ser esta a responsável pelo estudo histórico-arqueológico do espaço.

Estas sondagens variaram de tamanho entre 2X2 metros, 10X2 metros, 5X3 metros, 2X4 metros (Tabela 1). Com a escavação arqueológica conseguimos perceber que as sondagens com maior informação seriam as 45, 46 e 8, porque apresentaram fragmentos da calçada original a uma cota de cerca de 40 centímetros no caso das sondagens 45 e 46, e de 80 centímetros, no caso da sondagem 8. As restantes sondagens da zona da porta foram escavadas até a cota de obra e apresentaram apenas sedimentos de jardim e raízes de grandes dimensões, devido à quantidade de vegetação que envolve a área.

Nº de Sondagem	Dimensão
S1	2x4
S2	2x4
S3	2x10
S4	2x2
S5	2x4
S6	2x2
S7	2x10
S8	6x2
S9	2x2
S10	2x2
S11	3x3
S12	4x2
S13	3x10
S14	3x10
S15	5x3
S16	3x10
S17	3x10
S18	2x20
S19	2x10
S20	3x10
S21	5x3
S22	3x10
S23	5x3
S24	3x10

S25	3x20
S26	5x10
S27	10x10
S28	3x20
S29	3x10
S30	3x10
S31	3x10
S32	3x10
S33	3x10
S34	3x20
S35	3x10
S36	5x3
S37	3x10
S38	5x5
S39	5x5
S40	3x10
S41	3x10
S42	3x10
S43	3x10
S44	3x20
S45	2x2
S46	2x2

Tabela 1 – Medidas das sondagens

Por ser um projecto de grande dimensão foi necessária a criação de um estaleiro de obra na Matinha, constituído por dois contentores: um para servir de escritório e zona de refeições, outro para armazenar todas as ferramentas e materiais necessários para a execução do trabalho. Estes materiais passaram por enxadas, picaretas, pás, colherins, vassouras e contentores de armazenamentos de espólio, mas também material de levantamento topográfico, nomeadamente um nível de medição de cotas e uma régua de leitura (mira). Esta escavação foi feita manualmente, com recurso a meio mecânico “tipo bobcat”, mas só na fase final do trabalho, nomeadamente para protecção e fecho das sondagens. As sondagens abertas dentro do espaço arborizado, ou em zonas de difícil acesso, foram tapadas manualmente, utilizando as ferramentas de trabalho.

O fecho das sondagens aconteceu somente quando a DGPC (Direcção Geral do Património Cultural) a autorizou. Esta autorização é dada quando a direcção científica procede à solicitação de uma reunião *in situ* para que o responsável da DGPC consiga avaliar os dados recolhidos e verificar a necessidade de continuação dos trabalhos, caso seja necessária. Outra forma de obter a autorização para o fecho de sondagens é através da elaboração de uma nota técnica ou de um relatório preliminar, onde a direcção científica elabora uma proposta de aterro das sondagens.

No caso específico da Matinha, foi solicitada uma reunião no local para que a fiscalização da DGPC pudesse ver as sondagens e os resultados destas. Nesta reunião ficou determinado o aterro das sondagens, por estarem num espaço publico e de uso frequente, seria utilizando um meio mecânico. As sondagens que se encontravam nos caminhos e onde foram identificadas estruturas foram cobertas por manta geotêxtil antes de serem tapadas.

Neste projecto, e como a legislação geral obriga, foi obrigatório o uso de Equipamento de Protecção Individual (EPI), no caso colete sinalizador e botas de biqueira de aço indispensáveis para a protecção dos elementos da equipa de eventuais lesões. O capacete não era obrigatório pois não havia cargas suspensas nem risco de queda de material por via aérea.

Para a elaboração da escavação objecto deste estágio foram feitas diversas análises e, por isso, foi necessária a utilização de diferentes metodologias.

Assim, numa primeira fase, foi feita a escavação arqueológica das sondagens propostas através do uso de ferramentas de força como picaretas, pás e enxadas, mas também, ferramentas de precisão como picos, colheris, vassouras e piaçabas de modo a ser possível o registo de todas as unidades estratigráficas que foram aparecendo e da relação que têm entre si utilizando então, o método de Barker/Harris para a escavação arqueológica. Foram produzidos registos das unidades estratigráficas através do preenchimento de folhas de U.E (anexo 3), em campo, o registo fotográfico utilizando a fotogrametria, de modo que seja mais eficaz o registo por método de desenho numa fase posterior. A fotogrametria foi feita com uma máquina fotográfica com capacidade digital elevada e posteriormente as fotos serão transferidas para um computador e, através de software Agisoft será feito um modelo 3D da sondagem arqueológica, possibilitando uma nova visão sobre o trabalho.

No que diz respeito ao material arqueológico recolhido durante a escavação, este foi recolhido e armazenado em sacos com uma etiqueta que identifica a sondagem, a U.E, a data da recolha e o tipo de material que foi recolhido para que seja possível proceder ao tratamento dos elementos de forma expedita *a posteriori*. Contudo, os vestígios arqueológicos recolhidos pela equipa responsável foram em pouca quantidade, na sua maioria sílex, dada a fraca existência da restante cultura material nas diferentes sondagens.

O registo das unidades foi feito em campo utilizando uma folha de unidade estratigráfica para cada U.E., ou seja, cada unidade nova tem um número e uma folha de U.E. respectiva. As folhas de U.E. utilizadas possuem campos de preenchimento para a composição da unidade, para o tipo de unidade, um campo para uma pequena descrição da unidade, um campo para as relações estratigráficas associadas à unidade e um campo para um pequeno croqui da unidade para que sejam tiradas medidas e cotas do terreno para complementar os desenhos que serão feitos em ocasião do relatório final da intervenção. As sondagens têm um número associado e com este número foram organizadas as folhas de unidade, isto é, a sondagem 1 tem o registo com o número 100, a sondagem 2 tem o registo com o número 200, e assim sucessivamente até à sondagem 46 com o número de registo 4600. Cada unidade corresponde a um número novo sucessivo ao número de registo de sondagem, ou seja, a primeira unidade atribuída será a 100, a segunda unidade a 101 e assim sucessivamente para cada U.E em cada sondagem.

Cada estrutura, ou seja, aglomerado de pedras, caminho, banco (cada elemento constitutivo), fragmento de calçada, etc., foi individualizado com um número de unidade estratigráfica.

#### **4.2. Levantamento Topográfico**

Como já foi referido anteriormente, as sondagens da Matinha foram marcadas previamente por uma equipa da Parques de Sintra. Contudo as sondagens tiveram de ser georreferenciadas pelo topógrafo do consórcio, de modo a que as cotas tiradas pela equipa de arqueólogos no campo ficassem integradas com os restantes dados. Esta georreferenciação passou pela utilização de uma estação total, que aferiu a posição exacta de cada vértice da sondagem através de coordenadas GPS. Outra função do topógrafo foi a de aferir pontos de referência no espaço da Matinha, que foram utilizados pelos

arqueólogos como ponto zero (com cota absoluta) quando procederam à cotagem de uma U.E. com a utilização de um nível fixo de bolha. Estes pontos de referência foram marcados num local que não iria sofrer alterações durante a escavação e visível de várias direcções, para que fosse possível colocar o tripé com o nível em diferentes sítios e, mesmo assim, ser possível ver o local onde se encontra este ponto.

### **4.3. Trabalho de Laboratório/Gabinete**

O trabalho de laboratório é a fase com maior importância para o arqueólogo visto que representa o período em que a direcção científica se dedica ao estudo dos materiais arqueológicos recolhidos durante os trabalhos de escavação. O trabalho de laboratório passou por uma triagem e lavagem dos fragmentos recolhidos, estes fragmentos podem ser cerâmicos, sílex, ossos e/ou metais, sendo que estes dois últimos normalmente não são lavados para que não sejam danificados. Após a lavagem, os materiais são deixados a secar ao ambiente para que todas as partículas de água evaporem, quando secos são colocados em sacos com etiquetas que identificam o tipo de material, o acrónimo do sítio, alguma observação relevante para o estudo do fragmento como a cronologia ou tipologia de material, bem como a data de recolha.

Esta etiqueta foi preenchida em campo pela equipa de arqueologia e será replicada, se necessário, em âmbito laboratorial. Constitui a base de informação para iniciar uma tabela de inventário em que foram inseridos diversos campos: o sítio arqueológico (acrónimo); o número do fragmento; o número de saco; o número de contentor; o tipo de material (cerâmica, metal, osso, sílex, entre outros); o fragmento (bordo, parede, fundo, asa ou indeterminado); a funcionalidade; a designação do fragmento (cerâmica comum, faiança, cerâmica fina, entre outros); cronologia; outras observações que sejam pertinentes para o estudo da peça. As tabelas de inventário não são iguais para todas as empresas, sítio arqueológico nem mesmo arqueólogo, há diversas possibilidades e campos que podem ser inseridos numa tabela dependendo da sua relevância para o sítio e para os materiais encontrados.

No caso da Matinha de Queluz, os fragmentos recolhidos foram, na sua maioria, em sílex o que altera os parâmetros que são colocados na tabela. Contudo, este trabalho ficou a cargo da direcção científica. Em campo foi apenas feita a separação dos fragmentos de sílex por sondagens e foram retirados os fragmentos mais frágeis e relevantes para sacos

mais pequenos. Todos os sacos foram identificados utilizando a etiqueta que referi anteriormente, e os fragmentos que foram considerados mais importantes foram individualizados com uma etiqueta em que se referia nas observações “possível utensílio”.

Em gabinete foram processadas as fotos destinadas às fotogrametrias tiradas durante a escavação e se, necessário, foram realizados desenhos de pormenor das sondagens a partir das fotografias, fotogrametrias e cotas retiradas em campo. O tratamento dos elementos de registo e dos elementos materiais recolhidos permitiram à direcção científica realizar o relatório final do trabalho realizado durante os 9 meses da escavação da Matinha de Queluz por isso foi importante que o registo fosse feito de forma perceptível a todos e que as fotos fossem armazenadas devidamente para que nenhuma informação fosse perdida.

#### **4.4. Logística**

A deslocação para a obra foi feita de várias formas durante os meses do projecto. No início o consórcio alugou um carro que era conduzido por um dos arqueólogos da equipa durante a semana de modo a transportar todos os elementos da equipa até à matinha de Queluz. A equipa tinha um ponto de encontro e eram transportados os trabalhadores primeiro, de modo a estarem prontos para trabalhar quando os arqueólogos chegassem. Por isso eram feitas sempre duas viagens de manhã e ao final do dia para o transporte da equipa. O carro alugado foi utilizado até meados de agosto, altura em que o arqueólogo responsável pelo carro saiu deste projecto para outra escavação arqueológica.

Com a chegada de um novo director científico, Filipe Gouveia o consórcio achou que o carro seria logisticamente mais complicado visto não existirem stands da Europcar em Queluz para que eu fosse buscar o carro todas as segundas feiras. Assim o consórcio decidiu que seria mais económico e eficaz se a equipa passasse a utilizar a aplicação da UBER para fazer o transporte diário da estação de Queluz até à Matinha e vice-versa. Esta aplicação funciona como um serviço de táxi, mas mais económico e todas as viagens feitas foram pagas pelo consórcio.

Dentro do espaço da Matinha as deslocações eram feitas a pé, embora fosse possível a utilização de uma viatura para nos deslocarmos no interior. A equipa achou, porém que seria um desgaste grande nos carros que eram alugados pela empresa e que poderia

constituir mais uma despesa desnecessária caso acontecesse algum problema com a viatura durante os percursos.

#### **4.5. Equipa de Arqueologia**

A escavação arqueológica da Matinha de Queluz teve como direcção original a arqueóloga Cláudia Rodrigues Manso, que é coorientadora deste estágio dada a sua ligação à escavação realizada na Matinha bem como à empresa Empatia. A restante equipa era constituída por três arqueólogos e três trabalhadores indiferenciados. Ficou definido que estariam abertas 2 sondagens em simultâneo, ficando um arqueólogo com um trabalhador, ou seja, três pessoas por sondagem. Cada elemento da equipa de arqueologia tinha a sua função, nomeadamente, um arqueólogo estava responsável pela abertura e preenchimento das fichas de U.E de cada sondagem, pela organização do trabalho e organização do material arqueológico recolhido durante a escavação; outro estava responsável pelo levantamento de cotas e execução de croquis nas folhas de U.E; e o outro estava responsável pelo registo fotográfico e fotogrametria de cada sondagem. No que diz respeito à escavação, esta era feita pelo arqueólogo e pelo trabalhador na sondagem a que estavam destinados. No caso de ser necessário um trabalho de definição de estrutura ou de análise de unidades estratigráficas, os arqueólogos trabalhavam juntos e os trabalhadores avançavam com outras sondagens sobre vigilância de um arqueólogo.

No entanto, como qualquer escavação arqueológica de grande dimensão, os planos alteram-se e esta não é excepção. Durante os primeiros três meses de trabalhos (março, abril e maio) os trabalhos foram organizados pela equipa de arqueólogos presente sendo que as decisões de maior importância passavam pela directora científica. No mês de Junho a directora científica decidiu que o melhor seria introduzir na equipa um arqueólogo com mais experiência de campo e que estivesse mais presente no decorrer dos trabalhos diariamente, seria esse um arqueólogo da empresa Arqueologia e Património, que integra o consórcio constituído pelas empresas de arqueologia Empatia, Império e Arqueologia e Património. A equipa passou a ter mais um elemento que era responsável pela coordenação dos trabalhos, ou seja, definia que sondagens eram abertas e como eram organizadas as equipas. As sondagens que foram executadas enquanto o novo director fez

parte do projecto foram sondagens de grandes dimensões e por isso muitas vezes só estavam abertas duas sondagens de cada vez e estariam três pessoas por sondagem.

Com a sua saída para realizar outro trabalho, foi introduzido outro arqueólogo à direcção científica, o arqueólogo Filipe Gouveia. Esta direcção científica permaneceu até ao final do projecto arqueológico da Matinha de Queluz. Durante Agosto e Novembro a equipa foi reforçada por mais três arqueólogos, de modo a substituir arqueólogos que fossem para outros projectos ou de férias. No final da intervenção a equipa era constituída por três arqueólogos e os três trabalhadores que se mantiveram os mesmos desde o início dos trabalhos.

As equipas formadas no início dos trabalhos faziam sentido quando existiam sondagens de pequenas dimensões em que era possível o trabalho ser feito apenas por duas pessoas, contudo quando começaram a ser feitas as sondagens de grandes dimensões a organização das equipas alterou-se e passámos a ter os trabalhadores a iniciar as sondagens de modo a ser retirada a primeira camada de sedimento vegetal mais expeditamente, enquanto os arqueólogos ficavam nas sondagens já abertas a finalizar planos e a definir possíveis estruturas ou camadas. Este facto possibilitou-me estar presente na execução de quase todas as sondagens abertas na matinha de Queluz, sendo excepções as sondagens 5, 10, 11, 12, 29, 33, 35 por estar de férias ou noutra obra da Empatia. O registo destas sondagens foi feito pelo arqueólogo que era responsável pela realização do registo na altura da execução destas sondagens.

## **5. Escavação Arqueológica de Diagnóstico**

A intervenção arqueológica na Matinha de Queluz teve início no mês de Março do ano 2019, após ter sido assinado um protocolo entre o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., o Município de Sintra e a Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A., que visa a recuperação e gestão do espaço da Matinha.

A Matinha representa uma imensa floresta com várias espécies de flora e fauna que ajudam na manutenção do espaço verde do concelho de Sintra.

A escavação de 46 sondagens arqueológicas procura recuperar o espaço, conhecido pelo seu valor ambiental e de conservação de espécies autóctones, ao nível do património e da história que estão presentes na mente e nas vidas das pessoas que habitam em Queluz e arredores. Através dos registos iconográficos e cartográficos do projecto arquitectónico da Matinha podemos perceber como foram desenhados os caminhos de circulação e onde se encontrariam alguns elementos como é o caso de uma fonte e da paliçada erguida para a construção de uma praça de touros. Contudo, esses elementos já não se encontram *in situ*, visto que a fonte foi transferida para o espaço do Palácio de Queluz e a praça de touros nunca foi completada.

Esta missão arqueológica tem como principal objectivo perceber se ainda se encontram vestígios destes elementos no espaço da Matinha de modo a que a sua existência seja registada e posteriormente, se for esse o caso, permitir a sua recuperação e conservação.

### **5.1. Portas e portões de acesso**

As sondagens 45 e 46 são as mais relevantes para o conhecimento da Matinha e da sua vivência, visto que foi possível verificar a existência de uma calçada em perfeitas condições bem como os bancos associados ao portão de entrada, aterrados aquando da construção do IC19. Quando foram escavadas as zonas sob os bancos foi possível identificar diferentes fases de pintura do portão até à cor original do Palácio, o azul pastel que vemos atualmente. Foi possível determinar, também, que os bancos foram encostados ao portão após a sua pintura inicial e que já estariam colocados quando foram feitas as restantes fases de pintura e restauro ao portão.



Foto 5 – pormenor do pigmento encontrado por baixo do banco

No que diz respeito à calçada esta encontra-se delimitada pela entrada do portão, ou seja, não se estende em direcção aos bancos e está limitada à largura do portão original. A calçada apresenta uma afectação na Sondagem 46 correspondente a uma caixa de controlo de abastecimento de água à Matinha. Segundo testemunhos dos populares que utilizam a Matinha para passear durante o dia, existiram em tempos pontos de água para os animais e bebedouros para as pessoas, bem como uns lavabos públicos que foram destruídos. Contudo as tubagens ainda se mantêm e foram encontradas em algumas sondagens na zona superior da matinha. Com este relato podemos especular que o propósito desta caixa é o controlo do abastecimento destes pontos de água.



Foto 6 – Plano final Sondagem 45

Outras sondagens que foram consideradas de grande importância são as sondagens que estão relacionadas com as portas de acesso à Matinha, nomeadamente as 13, 17, 25, 37 e 44. O seu objectivo é compreender como o caminho original da Matinha interagia com as portas e como funcionavam as suas fundações.

Nas Sondagens 13 e 17, que estão colocadas simetricamente uma em relação à outra. Identificamos um caminho formado por pedras de pequena e média dimensão e por argamassas e materiais de construção que funciona no sentido ascendente e descendente da Matinha e não se encontra junto às portas, contudo verificamos que uma das portas tem uma pequena fundação de duas fiadas de pedras argamassadas.

A Sondagem 25, embora seja junto a uma porta, encontra-se afastada da parede sendo impossível ver a fundação da estrutura. Foi possível identificar uma grande quantidade de pedras de pequena e média dimensão associadas a um bebedouro para animais que se encontra nesta sondagem. Há algumas pedras no nível de circulação, mas não estão organizadas de modo a formar uma calçada. Porém, dada a quantidade de raízes que se encontram naquela parte da mata, o piso pode ter sofrido alterações em consequência da movimentação do solo.



Foto 7 – Plano final da Sondagem 25

No que diz respeito à Sondagem 37 foi possível verificar que existe um caminho na mata que atravessa esta zona, mas a calçada que fez parte dele, já não existe. Junto à porta não havia evidências de ter existido calçada ou alguma espécie de caminho estruturado. Foi escavada uma secção a um metro de distância da porta para verificarmos a fundação da parede e percebermos a que profundidade está o geológico. Tanto a fundação como o substrato rochoso foram encontrados a cerca de 1,10 m, visto que a fundação assenta directamente no substrato.



Foto 8 – Plano final Sondagem 37



Foto 9 – pormenor do substrato e do alicerce da muralha

Na sondagem 44 encontra-se junto a uma porta que apresenta um pórtico semelhante ao portão principal da Matinha. Apuramos, após a escavação junto ao muro

que a soleira da porta estaria associada a uma calçada que já não está presente na restante área da sondagem. Podemos afirmar que esta calçada foi destruída/retirada em período anterior ao da intervenção arqueológica. À semelhança da Sondagem 37, foi escavada uma secção a um metro da porta de modo a que fosse possível verificar a profundidade da fundação do muro e do geológico. A fundação, que assenta no geológico a 1,20 m de profundidade, é construída em fiadas regulares, com pedra de pequena e média dimensão unidas com ligante de argamassada.



Foto 10 – Pormenor da soleira e alicerce da porta

Através destas sondagens concluímos que os caminhos não estão construídos na direcção das portas, funcionando apenas no interior da matinha. Verificamos também que a calçada já não existe na maioria dos caminhos o que nos leva a pensar se estas não foram retiradas para que as portas fossem entaipadas utilizando as pedras da calçada.

## **5.2. Clareiras e espaços não arborizados**

A matinha foi construída no sentido Norte-Sul sendo que o portão principal, virado para os jardins do Palácio de Queluz, marca o Norte assim tornou-se relativamente fácil orientar as sondagens e o registo arqueológico. Com o espaço envolvente do portão

principal em destaque a escavação arqueológica foi iniciada pelas sondagens que tinham sido implantadas na zona de entrada da Matinha sendo estas indicadas pelos números 1, 2, 4, 6, 45, 46, 8, 9, 5, 7 e 10.

As sondagens localizadas em espaços de clareira, ou seja, sem coberto vegetal de grandes dimensões, são: a 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 30, 31 e 32

A sondagem número 5 foi implantada na zona onde era estimado, pela Parques de Sintra, ter estado o lago que foi trasladado para o espaço do Palácio de Queluz, contudo após a escavação arqueológica desta sondagem verificamos que o lago estaria construído mais para junto do portão visto que encontramos o limite no canto norte da sondagem. Conseguimos apenas determinar que se trata de uma estrutura circular em argamassa e pedras de media dimensão.



Foto 11 – Plano final da sondagem nº 5

Foram iniciadas as sondagens na parte superior da matinha nomeadamente as sondagens número 30, 31 e 32 que foram implantadas na área onde terá sido mandada construir a paliçada para touradas. Como podemos verificar em planta (anexo 2) as sondagens foram implantadas na largura do espaço sendo a 30 numa zona com

acumulação de pedras visível à superfície; a 31 no centro do espaço; e a 32 numa zona com a presença de pés de bancos e de um dos caminhos de circulação da Matinha.

Na sondagem 30 foi possível verificar a presença de dois buracos de implantação de bancos em pedra caracterizados pela existência de pequenas pedras calcárias que serviriam para prender os pés do banco no seu devido lugar bem como um grande aglomerado de pedras basálticas que são idênticas às pedras da calçada podendo isto apontar para um desmantelamento parcial ou integral da calçada existente nos caminhos que agora se encontram sem calçada.



Foto 12 – Plano final da sondagem nº 30



Foto 13 – Pormenor dos negativos associáveis à presença de bancos

Na sondagem 31 verificámos a existência de um sedimento muito mais compacto em virtude da passagem constante de pessoas. Quando este sedimento foi retirado começamos a encontrar vários fragmentos de sílex em núcleos talhados e restos de talhe de peças, dada a quantidade encontrada podemos afirmar que havia aqui um local de talhe intensivo de utensílios em sílex, contudo não encontramos qualquer estrutura pré-histórica associada. Esta sondagem tem um tubo em ferro a atravessá-la associado também aos pontos de água referidos anteriormente.



Foto 14 – Plano final da sondagem nº 31



Foto 15 – Pormenor de zonas de combustão

Na sondagem 32 encontramos evidências de um caminho em calçada com pedras de media dimensão, bem como um possível sítio de assentamento para os pés de um banco, contudo estes vestígios só estão presentes no extremo oeste da sondagem e o restante da sondagem apresenta apenas raízes e o geológico da zona.

Podemos afirmar que o objectivo final destas sondagens não foi concretizado visto que não conseguimos encontrar qualquer evidência de uma paliçada ou vestígios arqueológicos que pudessem significar a presença de pessoas em períodos mais recentes.



Foto 16 – Plano final da sondagem nº 32



Foto 17 – pormenor de duas pedras de coloração branca, possivelmente parte do assentamento de um banco.

As sondagens número 2, 3, 4, 6, 7, 9 e 10 não apresentaram qualquer vestígio arqueológico relevante visto que o terreno se apresenta muito afectado por tubos de pvc e em ferro que seriam de escoamento de águas pluviais (no caso dos tubos de PVC) e de canalização para os pontos de água existentes na Matinha (no caso dos tubos de ferro). As sondagens número 1 e 8 apresentam vestígios do muro que limitava a Matinha no extremo Norte (sondagem 1) e de uma calçada (sondagem 8). Na sondagem 1 foi feito um alargamento com o intuito caracterizar o muro com a U.E [103], este alargamento de 80 cm foi pedido pela Parques de Sintra visto que a sondagem apresentava no corte norte a fundação do muro limitador da Matinha.



Foto 18 – Plano final do alargamento para caracterização da U.E. [103]



Foto 19 – Plano final da Sondagem 1. Existência de tubos de PVC e da fundação do muro no corte norte.



Foto 20 – Pormenor da U.E [103]

A Sondagem 8 apresenta uma grande quantidade de raízes na vertente Este e uma secção de calçada junto ao corte Sul. Esta calçada não parece estar ligada à calçada encontrada junto ao portão de entrada da Matinha, não só por estar numa direcção oposta (E-O) mas também por se encontrar a uma profundidade superior à calçada das sondagens 45 e 46 (cerca de 80 centímetros). A calçada da Sondagem 8 representa mais um vestígio de relevância para a compreensão da Matinha, embora, não havendo alargamentos desta sondagem não nos é possível tirar conclusões sobre a sua dimensão total ou direcção.



Foto 21 – Plano Final da Sondagem 8. Parte de uma calçada a cerca de 80 cm de profundidade.

### **5.3. Caminhos e trilhos**

As sondagens associadas aos caminhos principais e trilhos são a maioria das sondagens de diagnóstico realizadas na Matinha, têm os números: 11, 12, 14, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 35, 36, 38, 39, 41, 42, 43 e 44

Algumas sondagens realizadas nos caminhos não mostraram qualquer vestígio arqueológico como é o caso das sondagens 15, 20, 21, 23, 24, 26 e 27. Nestas sondagens, embora fossem nos caminhos mais marcadas da Matinha, não foi possível identificar

qualquer caminho ou calçada que pudesse determinar que ali existiram arruamentos. A Sondagem 27 mostrava-se a mais promissora por tem 100m<sup>2</sup>, ou seja, a maior sondagem de toda a escavação, e por se encontrar numa encruzilhada de dois caminhos de principal circulação, porém após a escavação da primeira e segunda camadas de coberto vegetal e terra vermelha, respectivamente, chegamos ao substrato rochoso sem qualquer vestígio de caminho ou arruamento. Foi efectuada uma micro-sondagem de 1 metro por 1 metro para aferir a profundidade do substrato rochoso e chegando a 1 metro de profundidade continuava a ser esta a realidade.



Foto 22 – Plano final da Sondagem 27 com local de implantação da micro-sondagem.



Foto 23 – Micro-sondagem da Sondagem 27.

Outras sondagens que foram marcadas de modo a tirar conclusões no que diz respeito à ocupação do espaço são as 41,42 e 43. Segundo bibliografia e plantas antigas existia um labirinto com pavimento em pedra e sebes altas, com esta informação em mente, foram implantadas 3 sondagens em escada de modo a investigar a existência deste labirinto. Contudo, após a escavação das três sondagens ficou claro que não existiu qualquer labirinto ali, apenas uma linha de acumulação de pedras que percorre a sondagem 42 a meio e a 41 no corte Este, e uma grande quantidade de raízes associadas às árvores de grande porte que se encontram nesta zona mais densa da matinha, nomeadamente um enorme carvalho.



Foto 24– Plano final da Sondagem 43. Grande quantidade de raízes impossibilitaram a escavação.

Estes alinhamentos de pedras de pequena e média dimensão encontram-se em várias sondagens e em várias zonas da mata, contudo reparamos que estão, na sua maioria, junto a caminhos que agora já não têm calçada ou qualquer piso estruturado de circulação. Estas semelhanças levam-nos a especular a possibilidade de estes alinhamentos serem apenas montes resultantes do levantamento da calçada que constituía os caminhos e que foram ficando amontoados de pedras junto aos mesmos. Encontramos estes “alinhamentos” nas sondagens 29, 33, 40, 41, 42 e 39 e são todas junto a caminhos de grandes dimensões.

As sondagens 38 e 39 também tinham alguma importância na medida em que se encontram nas únicas saliências existentes no muro limite da Matinha. Estas saliências são duas semicircunferências que, após escavação arqueológica percebemos, servem para impedir que o muro se desmorone visto que não possui qualquer apoio ou contraforte no lado exterior. As semicircunferências encontram-se apoiadas no geológico e são visíveis os locais onde o muro original foi interrompido e anexado este elemento de sustentação em ambas as sondagens. Não são visíveis quaisquer encaixes ou ranhuras nas paredes das semicircunferências que pudessem indicar um propósito de vigia ou de apoio à caça como fora especulado pela equipa responsável pelo projecto de reabilitação da matinha. Na

sondagem 39 encontramos um “alinhamento” de pedras semelhante aos restantes junto a linha do caminho da Mata.



Foto 25 – Pormenor da fundação do semicírculo que existe na Sondagem 38.



Foto 26 – Plano final da Sondagem 38. Verifica-se uma grande quantidade de raízes que impossibilitaram a escavação.



Foto 27– Plano final da Sondagem 39. Verifica-se o substrato rochoso muito fragmentado e com coloração amarelada.

As sondagens 22, 14, 12 e 11 foram implantadas no caminho principal ou junto a este (caso da 22 e 14) sendo de uma grande importância para a compreensão da construção do próprio caminho e das infraestruturas que estão associadas a este, nomeadamente bancos de pedra e valas de escoamento de água que estão a ladear o caminho. Nestas sondagens o caminho encontra-se bem conservado e alinhado por ser o caminho principal que liga a Matinha ao portão principal.

Na sondagem 22 verificámos a existência de uma vala de escoamento de água associada ao caminho, bem como os pés de um banco in situ que fez parte de uma disposição circular de outros bancos numa zona de clareira existente nesta parte da Matinha.



Foto 28– Plano final da Sondagem 22. Possível ver o caminho, bem como os pés associados aos bancos característicos da Matinha

Na sondagem 14 encontrámos a calçada do caminho principal e a ligação a um trilho, que é perpendicular a este, bem como uma vala de escoamento de água à semelhança da sondagem anterior. Nesta sondagem identificamos um amontoado de pedras semelhante aos restantes referidos anteriormente.



Foto 29– Plano final da Sondagem 14 tirada do corte Oeste. Verifica-se a argamassa associada à vala de escoamento e ao assentamento do caminho.



Foto 30– Plano final da Sondagem 14 do corte Este. Verifica-se o substrato geológico com grandes pedras fragmentadas de colocação amarelada.

As sondagens 11 e 12 permitiram compreender o método construtivo das calçadas da Matinha. Estas sondagens foram as últimas a serem realizadas por estarem no caminho

principal de circulação da Matinha. Na sondagem 11 foi possível verificar o caminho original da Matinha e o assentamento do mesmo na sua lateral constituído por pequenas pedras compactas e argamassa. O caminho tem cerca de 1,60 metros de largura e apresenta uma linha divisória ao centro.



Foto 31– Plano final da Sondagem 11. Verifica-se o caminho e o seu assentamento. Verifica-se a linha divisória do caminho.

A sondagem 12 foi realizada mais a Sul no caminho e por isso encontrou-se o caminho mais à superfície do que na sondagem 11. Nesta sondagem foi possível encontrar a base de assentamento do caminho e a vala de escoamento das águas da chuva em argamassa e tijolo fragmentado. Esta sondagem apresenta vestígios de um tubo de ferro (no corte Oeste) que atravessa a Matinha em diferentes locais e que, neste caso, aparenta ter destruído a vala de escoamento de água.



Foto 32– Plano final da Sondagem 12. Caminho com divisória bem como o tubo em metal.



Foto 33– Plano final da Sondagem 12. Pormenor do tubo e destruição da vala de escoamento.

#### 5.4. Áreas arborizadas

As sondagens que foram realizadas no interior da mata, são: 18, 19, 28, 29, 33, 34 e 40.

Estas sondagens foram realizadas no interior da Matinha, nas zonas arborizadas. Nestas sondagens os sedimentos eram semelhantes às restantes sondagens, sendo constituídas por coberto vegetal, uma U.E de cor avermelhada/amarelada e o geológico constituído por grandes maciços de pedra à excepção das sondagens 29, 33, 34 e 40. As duas primeiras apresentaram grandes aglomerados de pedras que podem estar associados à acumulação de restos das calçadas que constituíram os caminhos, a terceira foi escavada, na sua secção central, até à profundidade estipulada de 1 metro e junto aos cortes Este e Oeste apresenta aglomerados de pedras, a ultima sondagem referida apresenta um aglomerado de pedras na sua extensão total tendo sido apenas retirada uma camada de acumulação de folhas e restos orgânicos.

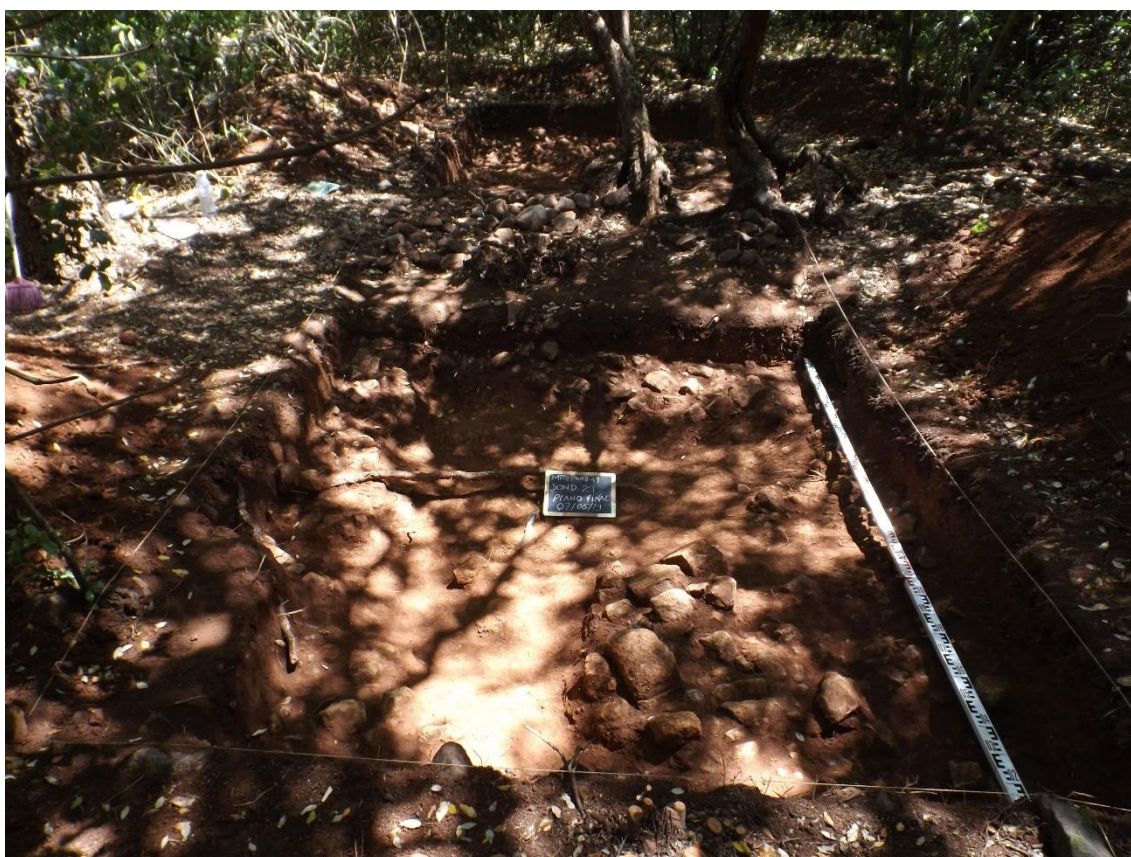


Foto 34 – Plano final da Sondagem 29. Verifica-se o geológico, bem como o aglomerado de pedras na zona central da sondagem.



Foto 35 – Plano final da Sondagem 40. Verifica-se o aglomerado de pedras que ocupa toda a sondagem.

As sondagens 18 e 19 apresentaram substrato rochoso à semelhança das restantes sem qualquer vestígio arqueológico. Na Sondagem 18 verificamos a presença de grandes placas de origem geológica e no canto Sul da sondagem foi possível chegar a um metro de profundidade e constatar que o substrato rochoso era a única evidência. Na Sondagem 19 verificou-se uma situação semelhante às restantes sondagens da Matinha, três camadas distintas: a primeira de manto vegetal com matéria orgânica, a segunda de cor avermelhada/amarelada e a terceira correspondente ao geológico.



Foto 36 – Plano final da Sondagem 18. Verificamos o substracto rochoso de grandes dimensões e fragmentado, bem como um aglomerado de pedras que ocupa cerca de um terço da sondagem.



Foto 37 - Plano final da Sondagem 19. Substracto rochoso em quase toda a sondagem. Os locais onde não se encontra escavado serve para protecção das árvores.

Todas as sondagens arqueológicas apresentaram os mesmos sedimentos, excluindo aquelas associadas a caminhos (11, 12, 45 e 46). Nestes casos, a primeira U.E consistia em manto vegetal com muitas inclusões orgânicas, nomeadamente raízes, que, em alguns casos, nos impediram de escavar em grande profundidade. Seguiu-se um depósito de cor vermelha, por vezes amarelada, associada ao geológico em desagregação, e finalmente uma U.E muito compacta com muitas pedras fracturadas correspondente ao geológico da zona.

## **6. Reflexão Teórico-Metodológica**

Após esta extensa intervenção arqueológica realizada entre os meses de Março e Novembro de 2019, podemos retirar alguns pontos importantes que possibilitam a evolução do estudo histórico da Matinha de Queluz e a sua ligação ao Palácio, mas também aspectos importantes de reflexão sobre o paradigma da arqueologia empresarial em Portugal.

No que diz respeito ao domínio do conhecimento e da análise histórica é importante referir que a bibliografia, iconografia e as plantas, que são extensamente analisadas e estudadas, servem de base e ponto de partida para a execução de trabalhos de arqueologia e estudos históricos. O trabalho arqueológico começa por utilizar estas fontes para que se compreenda o que se encontrava no espaço e assim implantar as sondagens de diagnóstico nas áreas de maior relevância arqueológica.

Apenas com a escavação dos espaços da Matinha e das áreas de maior relevância bibliográfica e iconográfica percebemos a existência ou não existência destas realidades. Podemos afirmar, após a realização do trabalho de diagnóstico, que a escavação mostra a não existência dos elementos que, supostamente, estariam presentes e que isto mostra que os elementos podem nunca ter sido construídos, mas apenas desenhados e planificados. Por outro lado, podemos afirmar que a não existência dos elementos se pode dever à sua perecibilidade, como a praça de touros, construída em madeira, como acontece com o labirinto em sebes. Intempéries, acção humana ou recolocação e alteração do espaço a que estão associados os elementos como é o caso da fonte transferida para o espaço dos Jardins do Palácio, e caminhos destruídos ou não existentes, são exemplo disso. Através da análise do espaço da Matinha podemos especular que os caminhos foram destruídos para o entaipamento dos portões e portas existentes no muro limite, porém verificamos

também que existem aglomerados de pedras que podem corresponder a restos dos caminhos que já não existem pois são da mesma tipologia de pedra e material.

Outro aspecto importante a realçar é a funcionalidade dos elementos e a forma como estão inseridos na organização da Matinha, isto é, a presença de bancos junto aos espaços principais de acesso da Matinha (caminho principal, praça central, zona do portão principal) mostrando-nos que há uma necessidade de simetria constante por parte dos arquitectos e paisagistas responsáveis pela construção e planeamento da Matinha. Os bancos estão colocados nos limites dos caminhos e nas curvas destes, com dois bancos colocados na diagonal em relação a cada caminho. No caso da pequena praça ligada ao caminho principal os bancos encontram-se dispostos de forma circular em torno da praça dando origem a um espaço agradável para ouvir e observar a natureza envolvente.

Quanto às estruturas semicirculares do limite Sul da Matinha, os arquitectos paisagistas responsáveis pelo projecto de requalificação especulavam que se tratavam de torres com guaritas ou apoios para a actividade de caça levada a cabo pelo Infantado e pela Corte durante o séc. XVIII. Todavia, após a escavação desses espaços foi possível compreender que a verdadeira funcionalidade daquelas “torres” era a de sustentar o muro, visto que a parede a que estão associadas não tem qualquer outro suporte externo e é um dos maiores troços do muro. Esta alteração é feita de modo a preservar a integridade do muro e com recurso a material de construção semelhante ao utilizado na restante estrutura. Porém, não é possível datar este acrescento/alteração, mas podemos afirmar que terá sido construído pouco tempo depois do muro, pois as pedras apresentam quase os mesmos sinais de desgaste e passagem do tempo.

No que diz respeito à logística da intervenção e tudo o que está associado à arqueologia empresarial, foi possível compreender neste caso a dificuldade que uma empresa sediada no norte do país, como é o caso da Empatia, tem em encontrar arqueólogos no Centro e em Lisboa que estejam disponíveis para projectos de longa duração e que, ao mesmo tempo, estejam legalmente capacitados a assinar Planos de Trabalhos Arqueológicos para que o projecto fique sobre sua alçada. Neste caso o projecto ficou sobre alçada de um dos dois arqueólogos que a Empatia tem em permanência em Lisboa. Contudo, por serem apenas dois arqueólogos e existirem muitos projectos em simultâneo na zona metropolitana de Lisboa é incomportável estar presente em todos os locais ao mesmo tempo e, no caso da Matinha, era necessário que estivesse um arqueólogo mais experiente e com capacidade de assinar PATA'S presente em campo.

Assim, a empresa teve de colocar um arqueólogo do Norte responsável pelo projecto arqueológico da Matinha. Serve este pequeno apontamento para demonstrar a falta de arqueólogos afectos às empresas de arqueologia existentes bem como a dificuldade que as empresas que não possuem um gabinete ou filial em Lisboa têm em arranjar arqueólogos disponíveis para trabalhar em projectos de grande escala, e também, evidenciar o facto de haver poucos arqueólogos com o mestrado concluído para que a lei os considere elegíveis para assinarem um PATA em nome individual.

Todos estes entraves tornam a logística que está associada ao começo de uma obra muito mais morosa e complexa. Outras questões prendem-se com a segurança e bem-estar dos trabalhadores e arqueólogos que estiveram envolvidos nos trabalhos, nomeadamente com a colocação de um estaleiro para que todo o material de trabalho e espólio fosse protegido e acondicionado dada a duração do projecto. Outras medidas de protecção e segurança passaram por envolver as áreas escavadas com rede laranja de sinalização e segurança, para que não houvesse acidentes com as pessoas que utilizam o espaço da Matinha para correr e passear. Contudo, encontrar tanta quantidade deste material foi complicado, pois a empresa de arqueologia foi a entidade que ficou com esta responsabilidade, e por estar sediada no norte do país, tornava-se difícil fazer várias deslocações a Queluz para efectuar a compra desses elementos.

As sondagens estiveram sempre protegidas, embora as pessoas não respeitassem qualquer sinalização e em diversas ocasiões as redes fossem retiradas, para no dia seguinte serem recolocadas pela equipa de arqueologia. Em certos casos as pessoas que utilizam os espaços intervencionados constituem um entrave, e os arqueólogos têm de saber lidar com estas situações e sensibilizar a população para o seu trabalho e os seus objectivos. A Matinha de Queluz esteve ao abandono por parte da câmara municipal e pela Parques de Sintra durante tantos anos que acabou por atrair certas actividades não compatíveis com a reabilitação e requalificação projectadas. O descontentamento de algumas partes face a este projecto complicou o trabalho arqueológico, pois as marcações das sondagens e as redes de segurança eram frequentemente retiradas com a finalidade de perturbar o projecto.

## 7. Conclusões

Com a realização deste relatório podemos tirar algumas conclusões, pessoais e científicas, sobre a Matinha de Queluz. Assim, podemos concluir que este espaço verde tão próximo da cidade de Lisboa teve vários períodos de ocupação histórico-arqueológica, dos quais são evidências os restos de talhe em sílex encontrados nas sondagens 31 e 32, e as diferentes infraestruturas de passeio nomeadamente bancos e calçadas verificados nas sondagens 45 e 46.

Estas duas sondagens são de extrema relevância para a compreensão da entrada da Matinha e como este espaço de floresta estava ligado aos jardins do palácio de Queluz. Com a escavação destas áreas conseguimos perceber a cor original do pórtico da Matinha e associá-la à cor original do palácio de Queluz. A ligação entre os espaços era feita através de uma ponte que ligava a porta dos jardins do palácio a uma calçada que depois estava associada ao portão principal da matinha. Esta ponte era sobre o rio Jamor que corria junto aos jardins do palácio, a calçada existia no espaço onde se encontra agora o IC-19.

Este estágio foi realizado sobre alçada da empresa de arqueologia e restauro Empatia Arqueologia, Lda., que procura dar o seu contributo na preservação do património arqueológico e cultural a um novo nível, tornando-se uma empresa de reabilitação e requalificação de imóveis de cariz patrimonial, procedendo a todas as fases de trabalhos: arqueologia, restauro, conservação e reconstrução.

Este projecto de larga escala teve a duração de 9 meses o equivalente a 1440 horas de trabalho, o que permitiu que a equipa fosse aprendendo e crescendo ao longo do tempo. A aprendizagem de novas formas de ver a arqueologia e de novas técnicas de registo e de escavação tornaram este estágio uma importante viagem de conhecimento colectivo e individual.

A presença de uma escavação no espaço da Matinha nem sempre foi fácil de lidar por parte dos utilizadores assíduos do espaço, quer seja para passear ou para outro tipo de actividades. Foram-se apresentando algumas dificuldades durante o tempo de escavação nomeadamente em relação à marcação de sondagens e à sua respectiva protecção que eram muitas vezes retiradas para que as pessoas passassem durante os percursos de corrida. Estes desafios também ajudam os arqueólogos a desenvolver um sentido de tacto em relação à população que utiliza o local onde estamos a trabalhar. O arqueólogo deve

desenvolver logo cedo na sua carreira um discurso que seja de fácil entendimento a todos sobre o seu trabalho para que assim possa mostrar à população o que está a fazer e qual o seu objectivo final. Torna-se essencial envolver as pessoas nas actividades da arqueologia para que assim não se perca o interesse no estudo do passado.

A arqueologia em Portugal mostra-se evolutiva no sentido de mostrar às pessoas o que é o nosso trabalho e qual o seu objectivo final, mas nem sempre é fácil transmitir estes conhecimentos e fazer chegar à compreensão da comunidade a necessidade de conservar e proteger o património.

No que diz respeito ao registo arqueológico este foi realizado através da utilização de fichas de unidade e por registo fotográfico das unidades e sondagens, bem como fotogrametrias de planos finais. O registo utilizando fichas de unidade estratigráfica permite ao arqueólogo descrever com precisão a unidade que está a escavar para que seja feita uma interpretação mais fiel dos dados em fase de relatório final da intervenção. Estas fichas de U.E apresentam diferentes alíneas que correspondem a elementos do solo a que temos de ter atenção quando fazemos a descrição, nomeadamente cor, textura, grão e tipologia.

O mesmo acontece com as unidades estratigráficas correspondentes a estruturas, neste caso os parâmetros de descrição estão associados ao método de construção da estrutura, o material utilizado, o tamanho dos elementos que compõem a estrutura e a forma como são ligados os elementos.

As sondagens com resultados mais promissores são as sondagens realizadas nos caminhos e nas portas pois possibilitam uma compreensão alargada da construção dos elementos que constituem as estruturas da Matinha. Podemos perceber que as portas foram feitas com uma fundação em pedra de cerca de um metro assente no geológico e que os caminhos foram feitos com uma base de argamassa e com uma vala lateral de escoamento de água.

O caminho principal da Matinha apresenta o caminho original preservado e mostramos o que era usado pela Corte portuguesa durante períodos de lazer.

## **8. Bibliografia**

AA.VV (2018)– *Prestação de serviços de arqueologia. Sondagens arqueológicas na matinha do palácio nacional de Queluz*. Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.

AA.VV (2018) – Curriculum Vitae Empatia – Arqueologia, Conservação e Restauro.

BUGALHÃO, Jacinta (2015) – “Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-lei nº164/2014, de 4 de Novembro). Versão anotada”, in: Revista Al-madan série II nº19. Almada: CAA. Pp. 40-48

\_\_\_\_\_ (2017) – “Arqueólogos Portugueses”, *In: Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Pp 19-31

CORREIA, Beatriz (2015) – “Barragem do Alqueva. Planos de Minimização de impactes no Património Arqueológico”

MEIRINHO, Olímpia (2015) – *A Arqueologia Urbana em Lisboa e a Praxis Empresarial*. FCSH-UNL

SERRA, Miguel (2015) – “Uma reflexão sobre divulgação da arqueologia a partir de uma experiência em meio empresarial”, in Antrope “as ramificações sociais e académicas da arqueologia” nº 2. Tomar: Instituto Politecnico de Tomar. Pp.67-85

SILVA, António Carlos (2008) – “Arqueologia Empresarial: questões legais a montante dos “Cadernos de Encargos””, *In: Era-Arqueologia*. Lisboa: Era arqueologia nº 8 pp. 14-18

SILVA, António Manuel (2013) – “A Arqueologia Portuguesa em (tempos de) Crise”, In Al-Madan, serie II, nº18, Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pg. 15-16

SILVA, Rodrigo Banha da, (1999) – “Concepções de arqueologia urbana em lisboa”, *in: Actas das sessões – III Colóquio temático “Lisboa – Utopias na Viragem do Milénio”*, Lisboa: CML, PP 229-240

### **Legislação**

*Lei de Bases do Património Cultural* – lei 13/85 de 6 de Julho

*Regulamento de Trabalhos Arqueológicos* – Decreto-lei nº 270/99 de 15 de Julho

*Alteração ao Regulamento de Trabalhos Arqueológicos* – Decreto-lei nº 287/2000 de 10 de Novembro

*Lei de bases do Património Cultural* – Decreto-lei nº107/2001 de 08 de Setembro

*Criação do IPPAR* – Decreto-lei nº 106-F/92 de 1 de Junho

*Criação do IPA* – Decreto-lei nº 117/97 de 14 de Maio

*Criação do IGESPAR* – Decreto-lei nº 96/2007 de 29 de Março

*Criação da DGPC* – Decreto-lei nº 115/2012 de 25 de Maio

*Regulamento de Trabalhos Arqueológicos* – Decreto-lei nº 164/2014 de 04 de Novembro

### **Webgrafia**

Site oficial da empresa Empatia – Arqueologia, Conservação e Restauro -

<http://empatia.pt/empresa>

Site oficial da Parques De Sintra – Monte da Lua

<https://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/>

Site oficial do Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação

<https://www.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=7f7d5674280f41849c0a0869ced22d91>

Site oficial da Direcção Geral do Património Cultural

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70181/>